



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jorge Kajuru

SF/25607.43415-83

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Altera o art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994 (Estatuto da Advocacia), para prever hipótese de impedimento ao exercício da advocacia pelo cônjuge, companheiro e parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta, e os colaterais, até o terceiro grau, inclusive, de juiz e de membro do Ministério Público, junto ao respectivo órgão judiciário onde atuem.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 30 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a vigorar acrescido do inciso III, com a seguinte redação:

“**Art. 30.**

.....

III - o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta, e os colaterais, até o terceiro grau, inclusive, de juiz e de membro do Ministério Público, junto ao respectivo órgão judiciário onde atuem.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Permitir que advogados exerçam a advocacia perante órgãos judiciários onde atuem seus parentes magistrados e membros do Ministério Público é uma situação inconcebível.

A legislação já tem deitado olhos sobre essa situação. O Código de Processo Civil (CPC) estabelece, por exemplo, que há impedimento do juiz



Assinado eletronicamente, por Sen. Jorge Kajuru

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/5451848373>

para atuar em causas onde estiver postulando, por exemplo, como advogado ou defensor público, seu cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive (art. 144, *caput*, inciso III).

Enxergamos, entretanto, a necessidade de aprimoramento das restrições. As regras de impedimento pessoal do juiz não têm sido suficientes, ao nosso ver, para resolver os dilemas éticos que permeiam a questão.

O advogado, pelas regras atuais, ainda segue podendo postular perante os respectivos órgãos judiciários, apenas com um afastamento pontual do magistrado, e que está sujeito, caso não haja reconhecimento pelo próprio juiz, a um burocrático incidente de reconhecimento do impedimento. Portanto, o advogado segue podendo postular perante os colegas do afastado.

Há implicações graves nisso. Vemos constantemente escândalos divulgados na imprensa de casos em que, atuando perante o juízo em que funcionam seus parentes, ainda que não diretamente sujeitos a ele, o advogado obtém favorecimentos indevidos.

Basta verificar que os tribunais superiores e alguns tribunais estaduais são formados, muitas vezes, por verdadeiros “feudos” familiares, estando alguns sobrenomes ligados a escritórios de advocacia de grande prestígio e influência, grande parte dela captada justamente por esses laços familiares.

Essa situação não é a ideal. É preciso reforçar o ambiente de confiança e credibilidade no Poder Judiciário, que justamente tem como função típica resolver conflitos observando a imparcialidade e a legalidade estrita.

Permitir que essas situações propiciadoras de privilégio em razão de laços familiares continuem existindo reforça um ambiente propício ao conflito de interesses, ao tráfico de influência e à corrupção. Não obstante, os colegas do juiz parente, ainda que não se corrompam, podem não se sentir a vontade de decidir contra o interesse do parente do familiar do colega.

A mera aparência de parcialidade, destarte, já é suficiente para abalar essa confiança. O advogado, ademais, ainda pode muito bem explorar essa conexão para atrair clientela, “garantindo” influência no tribunal, ou para pressionar colegas magistrados, o que, no mínimo, gera desigualdade de armas no processo e captação indevida de clientela.



Assim, o Parlamento precisa adotar medidas que inibiam o descrédito do sistema de justiça, reforçando a confiança pública de que o Poder Judiciário deve pautar-se pela mais estrita imparcialidade.

Com base nisso, propomos uma medida moralizante mais abrangente do que a atualmente vigente.

A ideia é impedir o exercício da advocacia pelo cônjuge, companheiro, e o parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de juiz e do membro do Ministério Público junto ao respectivo órgão judiciário.

A proposta amplia a proteção já existente, impedindo que o advogado atue perante o órgão judiciário, garantindo que não haja risco de influência por situações de corrupção ou por simples coleguismo.

Nossa proposta também contorna o entendimento do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.953, que considerou a restrição contida no art. 144, *caput*, inciso VIII, do CPC “ampla demais”. Isso, porque a proposição foca na atividade do advogado, e não na do juiz, que é, alfim, quem obtém o “favorecimento” direto com a atuação, e que por isso, deve estar restrito pelo cumprimento dos deveres éticos de sua profissão.

Assim, colocamos em discussão pública perante o Parlamento e a sociedade civil a necessidade de avaliar o melhor equilíbrio entre moralidade e exercício profissional.

Conclamamos os nossos colegas Parlamentares a debater e aprovar esta proposição, que se somará às normas já existentes para assegurar que o grau de parentesco não tenha peso no resultado das causas judiciais.

Sala das Sessões,

Senador JORGE KAJURU

